

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO
GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações dos valores adicionados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e conselheiros da
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL
Campo Grande - MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A - SANESUL, (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A - SANESUL em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração dos Valores Adicionados (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da Administração. Estas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, com as informações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

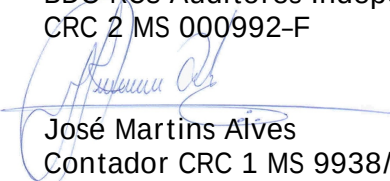


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 12 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MS 000992-F



José Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	11.034	15.197	Fornecedores	13	66.139	81.856
Aplicações financeiras	5	63.380	86.361	Empréstimos e financiamentos	14	36.997	33.401
Contas a receber	6	127.802	122.407	Obrigações trabalhistas	15	35.797	32.755
Estoques	7	27.100	30.039	Obrigações tributárias		11.429	11.462
Impostos a recuperar		6.799	9.832	Outras contas a pagar	16	9.741	16.936
Outros créditos		1.551	6.352			160.103	176.410
		237.666	270.188				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos em garantia	8	12.254	9.652	Empréstimos e financiamentos	14	435.840	387.799
Depósitos judiciais		2.233	751	Outras contas a pagar	16	4.929	11.665
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	28.739	30.054	Contingências	17	35.121	36.508
Ativo financeiro	10	196.117	146.896			475.890	435.972
		239.343	187.353				
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	11	101.252	76.051	Capital social	19.a	969.140	891.788
	12	1.294.412	1.224.883	Reserva de lucros	19.b	267.540	254.305
		1.395.664	1.300.934			1.236.680	1.146.093
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		1.872.673	1.758.475			1.872.673	1.758.475

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)



	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	20	836.133	741.907
Custo de operação e manutenção	21	(514.927)	(473.238)
Lucro bruto		321.206	268.669
Despesas e receitas operacionais			
Despesas comerciais		(12.714)	(12.644)
Despesas administrativas	22	(192.040)	(162.512)
Outras receitas e despesas		(7.384)	(20.390)
		(212.138)	(195.547)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		109.068	73.122
Encargos financeiros líquidos		(15.655)	(8.030)
Resultado antes dos impostos		93.413	65.092
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9	(1.511)	(253)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9	(1.315)	4.291
		(2.826)	4.038
Lucro líquido do exercício		90.587	69.130
Lucro por ação do capital social (Em R\$)		0,32	0,24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)



	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	90.587	69.130
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	90.587	69.130
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	90.587	69.130
	90.587	69.130

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros / (Prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
		Incentivo	Legal	Para Investimento		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	816.609	10.596	53.180	196.578		1.076.963
Aumento de capital	75.179	-	-	-	-	75.179
Lucro líquido do período	-	-	-	-	69.130	69.130
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(75.179)	(75.179)
Reserva de incentivo fiscal	-	3.950	-	-	(3.950)	-
Reserva legal	-	-	3.456	-	(3.456)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	(13.455)	13.455	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	891.788	14.546	56.636	183.123	-	1.146.093
Aumento de capital	77.352	-	-	-	-	77.352
Lucro líquido do período	-	-	-	-	90.587	90.587
Destinações:						
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(77.352)	(77.352)
Reserva de incentivo fiscal	-	4.447	-	-	(4.447)	-
Reserva legal	-	-	4.529	-	(4.529)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	4.259	(4.259)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	969.140	18.993	61.165	187.382	-	1.236.680

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)



	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	90.587	69.130
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	41.964	40.607
Depreciações	6.118	6.777
Provisão para perdas esperadas	15.339	23.444
Custo na alienação do intangível	12.772	546
Custo na alienação do imobilizado	2.474	224
Provisão para contingências	(1.386)	(12.143)
Impostos diferidos IR/CSLL	1.315	(4.291)
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	37.090	32.166
	<u>206.273</u>	<u>156.460</u>
 Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	(20.734)	(34.537)
Estoques	2.939	2.024
Impostos e contribuições a recuperar	3.033	217
Depósitos judiciais	(1.482)	362
Outros créditos	4.801	(4.285)
	<u>(11.443)</u>	<u>(36.219)</u>
 Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores	(15.717)	21.922
Obrigações trabalhistas	3.042	7.286
Impostos e contribuições	(33)	1.462
Outras contas a pagar	(13.932)	25.148
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(36.724)	(31.627)
	<u>(63.364)</u>	<u>24.191</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>131.466</u>	<u>144.432</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	20.379	28.466
Intangível	(173.486)	(227.263)
Imobilizado	(33.793)	(10.874)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	<u>(186.900)</u>	<u>(209.671)</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	77.352	75.179
Juros sobre capital próprio	(77.352)	(75.179)
Financiamentos obtidos para obras	72.321	90.576
Amortizações de financiamentos para obras	(21.050)	(15.079)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-
 Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	<u>51.271</u>	<u>75.497</u>
 (Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(4.163)</u>	<u>10.258</u>
 Caixa e equivalente no início do exercício	15.197	4.939
Caixa e equivalente no final do exercício	11.034	15.197
 (Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>(4.163)</u>	<u>10.258</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

CNPJ 03.982.931/0001-20



Demonstrações dos valores adicionados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receitas operacionais	921.192	817.222
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.339)	(23.444)
Outras receitas	(7.384)	(20.390)
	<u>898.468</u>	<u>773.387</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos químicos consumidos	(12.898)	(15.591)
Outros materiais consumidos	(48.883)	(48.759)
Energia elétrica	(89.141)	(84.057)
Serviços de terceiros contratados	(256.371)	(226.400)
Outras despesas operacionais	(22.782)	(6.332)
	<u>(430.076)</u>	<u>(381.138)</u>
Valor adicionado bruto	<u>468.392</u>	<u>392.249</u>
Depreciações e amortizações		
Amortizações do intangível	(41.964)	(40.605)
Depreciações	(6.118)	(6.777)
	<u>(48.082)</u>	<u>(47.382)</u>
Valor adicionado líquido	<u>420.310</u>	<u>344.867</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	17.751	21.713
Valor adicionado total a distribuir	<u>438.061</u>	<u>366.580</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados e administradores		
Salários e encargos sociais	173.673	158.940
Honorários da diretoria e conselhos	2.712	2.635
Programa de participação nos resultados	7.500	6.555
	<u>183.885</u>	<u>168.129</u>
Governos		
Tributos federais	100.780	88.262
Tributos federais diferidos	1.315	(4.291)
	<u>102.095</u>	<u>83.971</u>
Financiadores		
Aluguéis	28.088	15.607
Encargos financeiros	33.406	29.743
	<u>61.494</u>	<u>45.351</u>
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	77.352	75.179
	<u>77.352</u>	<u>75.179</u>
Lucros retidos do exercício	13.235	(6.049)
Valor total	<u>438.061</u>	<u>366.580</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - Sanesul, localizada à Rua Doutor Zerbini, número 421, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Companhia criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso do Sul e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao saneamento básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Atualmente as operações da Companhia são representadas por 68 concessões, representadas pelos seguintes:

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Água Clara	10 fevereiro, 2020	10 fevereiro, 2050	30	25,1
Alcinópolis	21 março, 2011	21 março, 2041	30	16,2
Amambai	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	13,9
Anastacio	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	13,8
Anaurilândia	22 maio, 2019	22 maio, 2049	30	24,3
Angélica	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	13,9
Antônio João	3 agosto, 2011	3 agosto, 2041	30	16,6
Aparecida do Taboado	5 julho, 2000	5 julho, 2020	20	vencimento
Aquidauana	15 agosto, 2011	15 agosto, 2041	30	16,6
Aral Moreira	23 março, 2010	23 março, 2040	30	15,2
Bataguassu	9 setembro, 2011	9 setembro, 2041	30	16,7
Bataiporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	13,9
Bodoquena	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	13,9
Bonito	29 março, 2016	29 março, 2046	30	21,2
Brasilândia	21 dezembro, 2015	21 dezembro, 2045	30	20,9
Caarapó	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	24,3
Camapuã	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	13,8
Caracol	13 setembro, 2011	13 setembro, 2041	30	16,7
Chapadão do Sul	10 agosto, 2010	10 agosto, 2040	30	15,6
Coronel Sapucaia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	14,9
Corumbá	23 maio, 2019	23 maio, 2049	30	24,3
Coxim	3 julho, 2023	31 dezembro, 2033	11	9,0
Deodapolis	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	16,9
Dois Irmãos do Buriti	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	24,3
Douradina	15 maio, 2019	15 maio, 2049	30	24,3
Dourados	9 setembro, 2019	9 setembro, 2049	30	24,7
Eldorado	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	16,9
Fátima do Sul	16 outubro, 2019	16 outubro, 2049	30	24,8
Figueirão	20 maio, 2019	20 maio, 2049	30	24,3
Guia Lopes da Laguna	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	13,9
Iguatemi	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	24,3
Inocência	1 outubro, 2009	1 outubro, 2039	30	14,8
Itaporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	13,9
Itaquiraí	5 agosto, 2019	5 agosto, 2049	30	24,6
Ivinhema	4 agosto, 2011	4 agosto, 2041	30	16,6
Japorã	10 julho, 2019	10 julho, 2049	30	24,5
Jardim	24 setembro, 2009	24 setembro, 2039	30	14,7
Jatei	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	13,9
Juti	26 junho, 2019	26 junho, 2049	30	24,4

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Ladário	21 dezembro, 2016	21 dezembro, 2046	30	21,9
Laguna Carapã	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	14,9
Maracaju	10 junho, 2011	10 junho, 2041	30	16,4
Miranda	23 setembro, 2014	23 setembro, 2044	30	19,7
Mundo Novo	29 dezembro, 2010	29 dezembro, 2040	30	15,9
Naviraí	21 dezembro, 2016	21 dezembro, 2046	30	21,9
Nioaque	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	13,8
Nova Alvorada do Sul	7 julho, 2020	7 julho, 2050	30	25,5
Nova Andradina	27 abril, 2011	27 abril, 2041	30	16,3
Novo Horizonte do Sul	17 julho, 2019	17 julho, 2049	30	24,5
Paranaíba	5 dezembro, 2008	5 dezembro, 2038	30	13,9
Paranhos	8 março, 2012	8 março, 2042	30	17,2
Pedro Gomes	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	14,9
Ponta Porã	2 abril, 2012	2 abril, 2042	30	17,3
Porto Murtinho	30 maio, 2011	30 maio, 2041	30	16,3
Ribas do Rio Pardo	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	16,9
Rio Brilhante	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	14,9
Rio Negro	12 setembro, 2008	12 setembro, 2038	30	13,7
Rio Verde	11 março, 2010	11 março, 2040	30	15,2
Santa Rita do Pardo	25 junho, 2019	25 junho, 2049	30	24,4
Selviria	4 junho, 2013	4 junho, 2043	30	18,4
Sete Quedas	10 julho, 2019	10 julho, 2049	30	24,5
Sidrolândia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	14,9
Sonora	11 julho, 2019	11 julho, 2049	30	24,5
Tacuru	29 maio, 2012	29 maio, 2042	30	17,3
Taquarussu	15 outubro, 2019	15 outubro, 2049	30	24,8
Terenos	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	13,8
Três Lagoas	11 fevereiro, 2011	11 fevereiro, 2041	30	16,1
Vicentina	31 julho, 2019	31 julho, 2049	30	24,6

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Sanesul opera de forma plena, sistemas de água e esgotamento sanitário em 68 (sessenta e oito) dos 79 (setenta e nove) municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Dos 68 (sessenta e oito) contratos celebrados com os municípios, 66 (sessenta e seis) são por meio de Contratos Programa, por Gestão Associada, seguindo o previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, 01 (um) ainda por Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada, e 01 (um) sem qualquer instrumento válido em caráter precário.

Coxim

O Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada foi prorrogado até 31 de dezembro de 2033, com base no Decreto Federal nº 11.598/2023, que regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização.

Aparecida do Taboado

O Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada celebrado em 05 de julho de 2000, e não houve nova contratação em virtude da Câmara Municipal rejeitar o Projeto de Lei Municipal nº 16/2020, datado de 10 de junho de 2020, que solicitava autorização para firmar Gestão Associada com o Governo do Estado e consequente celebração de novo contrato, seguindo o que possibilitava a Lei Federal nº 11.445/2007 à época.

Ocorre que em 15 de julho de 2020 foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualiza o Marco Legal do Saneamento, em seu Art. 10 é taxativa quanto à obrigatoriedade de processo licitatório para contratação desses serviços, senão vejamos:

“Art. 10. A prestação dos serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato de concessão, mediante prévia licitação, nos termos do art. 175 da Constituição Federal, vedada a sua disciplina mediante contrato de programa, convênio, termo de parceria ou outros instrumentos de natureza precária”.

Desde então a Sanesul vem operando os sistemas de água e esgotamento sanitário até que o município decida, uma vez que a titularidade dos serviços é sua, tomar para si a gestão ou concedê-la a terceiro mediante licitação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

1.1. Parceria Publica Privada (“PPP”)

Em 05 de fevereiro de 2021 foi assinado contrato de Parceria Pública Privada (PPP) junto à empresa Ambiental MS Pantanal SPE S.A., vencedora do certame licitatório realizada em 23 de outubro de 2020, pelo prazo de 30 anos, na modalidade de concessão administrativa, para universalizar os serviços de esgotamento sanitário em até dez anos nos 68 municípios operados pela SANESUL. Em 05 de maio de 2021 foi assinado a Ordem de Serviço para início das atividades de operação e manutenção, bem como, dos investimentos necessários à universalização dos serviços. Para o período da contratação estão previstos investimentos que garantem a operação, manutenção e a universalização desses serviços, em contrapartida será atribuída uma remuneração mensal a título de contraprestação, baseados nos volumes a serem faturados de esgotos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 12 de março de 2024.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

1. Nota Explicativa nº 6: Contas a receber (provisão para perdas de crédito esperadas) e reconhecimento da receita não faturada (estimativa baseada na média de consumo);
2. Nota Explicativa nº 9: Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;
3. Nota Explicativa nº 10: Ativo financeiro e ativo intangíveis vinculados a concessão – Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente;
4. Nota Explicativa nº 11: Imobilizado (vida útil);
5. Nota Explicativa nº 12: Intangível (vida útil);
6. Nota Explicativa nº 17: Contingências.

2.5. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e somente quando, a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros são classificados e mensurados de acordo com CPC 48 – Instrumentos financeiros, sendo: pelo método de custo amortizado, ou a valor justo por meio do resultado ou ainda a valor justo por meio de resultados abrangentes.

Custo amortizado

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto e que não são destinados a comercialização.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros que não podem ser classificados por nenhuma das categorias citadas acima.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa pelo recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, assim como pela sua comercialização.

i. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento, com base no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial ao custo amortizado ou mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.3. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos:

- Empréstimos e financiamentos,
- Fornecedores e empreiteiros;
- Outras contas a pagar.

3.4. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.5. Ativo Financeiro – Contrato de Programa

A Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020 que atualizou o marco legal do Saneamento extinguiu a possibilidade de contratação por dispensa de licitação através de Gestão Associada que era prevista pela Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. A partir dessa data não há como os municípios delegar os serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação, assim a Companhia reconheceu como “Ativo Financeiro”, esses créditos junto ao poder concedente, visto que o novo Marco prevê o direito incondicional de receber indenização pelos investimentos, em sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos, realizados e que não serão amortizados até os vencimentos dos Contratos. O valor calculado passível de indenização foi trazido a valor presente com uma taxa de desconto, equivalente a Taxa de Longo Prazo – TLP vigente em dezembro de 2024 divulgado pelo Banco Central do Brasil. A Companhia não reconhece perda por impairment sobre eles, tendo em vista que as concessões, através de Contrato de Programa, preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela SANESUL reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Esse crédito a receber possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão, que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões (Nota Explicativa nº 10).

3.6. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

Em 2023, foi contratado empresa especializada para execução dos serviços de revisão de vida útil e valor residual dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Foi emitido laudo em 2024 com as seguintes vidas útil de maneira prospectiva:

- Construções: 15 anos;
- Benfeitorias: 50 anos (média);
- Equipamentos: 15 anos (média);
- Equipamentos de informática: 5 anos;
- Veículos administrativos: 7,5 anos (média);
- Veículos operacionais: 15 anos;
- Móveis e utensílios: 11,75 anos (média).

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

3.7. Intangível

Contratos de Programa

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 10).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente amortizado ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento (ativos de contrato) são classificadas no ativo Intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

3.8. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

3.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final. A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos. A Companhia estima que a margem é zero.

Ativo de contrato/obras em andamento

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro. Quando a Companhia conclui a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato. Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.10. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar, com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.13. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP aplicável somente às companhias abertas.

3.14. Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;
- Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e
- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial;
- Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;
- b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
- d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública - Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 23:

	31/12/2024	31/12/2023
Conta movimento	4.912	6.847
Conta arrecadação	158	275
Fundo fixo	37	25
Conta vinculada	915	5.396
Valores em trânsito	5.012	2.654
	<u>11.034</u>	<u>15.197</u>

5. Aplicações financeiras/depósitos em garantia

	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil S.A.	31.734	28.150
Caixa Econômica Federal	31.623	58.121
Banco Itaú S.A.	23	90
	<u>63.380</u>	<u>86.361</u>

Esses recursos serão utilizados para investimentos para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programas.

6. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de água e esgotos	183.829	168.203
Serviços incorridos e não faturados	31.940	30.302
Outros serviços	59.173	57.713
	<u>274.942</u>	<u>256.218</u>
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(147.140)	(133.811)
	<u>127.802</u>	<u>122.407</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

O Cronograma de vencimento dos títulos está relacionado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Valores a faturar	31.940	30.302
Valores faturados		
A vencer	70.866	68.745
Vencido de 1 a 30 dias	22.421	24.173
Vencido de 31 a 90 dias	8.567	8.667
Vencido de 91 a 120 dias	2.820	2.278
Vencidos acima de 120 dias	116.761	97.556
	253.375	231.721
Parcelamentos a vencer	21.567	24.497
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas (a)	(147.140)	(133.811)
	127.802	122.407

(a) Provisão para perdas esperadas: a Companhia mensura sua provisão para perdas de créditos esperadas com base na estimativa de perda para os próximos 12 meses, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

7. Estoques

	31/12/2024	31/12/2023
Material de manutenção e conservação	26.601	29.707
Material de expediente	499	332
	27.100	30.039

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

8. Depósitos em garantia

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa Econômica Federal SPE Esgoto	10.529	9.652
Caixa Econômica Federal PPP Energia	1.725	-
	12.254	9.652

Os recursos depositados na conta garantia são destinados exclusivamente a garantir as obrigações pecuniárias da Companhia perante a SPE em razão do contrato de parceria público privada na gestão dos serviços de esgotamento sanitário e energia solar fotovoltaica, devendo ficar vinculados ao contrato, desde a sua assinatura até o final da liquidação, não podendo ser movimentados.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 23.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	31/12/2024	Reconhecidos no resultado	31/12/2023
Ativo não circulante			
Provisões para contingências	11.941	(472)	12.413
Provisões para perdas de créditos esperadas	22.377	125	22.252
Prejuízo fiscal do imposto de renda	3.883	(302)	4.185
Base negativa da CSLL	1.398	(109)	1.507
	39.599	(758)	40.357
Passivo não circulante			
Receitas a faturar	(10.860)	(557)	(10.303)
	(10.860)	(557)	(10.303)
Imposto de renda e contribuição social diferido	28.739	(1.315)	30.054

As condições para reconhecimento do ativo fiscal diferido, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Despesa de impostos - corrente

	31/12/2024		31/12/2023	
	%	R\$	%	R\$
Reconciliação taxa efetiva				
Resultado antes dos impostos		93.413		65.092
Juros sobre o capital próprio		77.352		75.179
		16.061		(10.087)
Impostos pela alíquota fiscal	34,00%	5.461	34,00%	(3.430)
Adições/exclusões	-43,41%	(6.972)	-31,50%	3.177
	-9,41%	(1.511)	65,50%	(253)

10. Ativo financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Concessões indenizáveis	196.117	146.896
	196.117	146.896

Refere-se ao montante esperado de recebimento, junto ao poder concedente, pelos investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que não serão amortizados até o final do prazo das concessões em cada município, oram trazidos a valor presente, com aplicação de uma taxa de desconto de 6,66% ao ano. Taxa equivalente à TLP - Taxa de Longo Prazo vigente em dezembro de 2024.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo						
Terrenos	-	5.541	882	9.223	(109)	15.537
Edificações	2,93%	40.759	104	(1.150)	(2.603)	37.110
Móveis e utensílios	11%	11.242	568	116	(1.547)	10.379
Equipamentos	9%	13.874	1.381	36.894	(16.974)	35.175
Veículos	12%	29.893	-	31.552	(1.326)	60.119
Equipamentos pesados	25%	29.916	16	(29.932)	-	-
Computadores	20%	8.697	335	33	(3.657)	5.408
Ferramentas/ferramental	20%	346	40	(386)	-	-
Telefones	-	6	-	(6)	-	-
Obras em andamento	-	7.214	9.154	(712)	-	15.656
		147.488	12.480	45.632	(26.216)	179.384
Depreciação						
Edificações		(10.023)	(627)	(22)	1.358	(9.314)
Móveis e utensílios		(7.757)	(669)	(209)	1.464	(7.171)
Equipamentos		(8.732)	(1.588)	(23.029)	16.040	(17.309)
Veículos		(19.979)	(1.356)	(19.714)	1.282	(39.767)
Equipamentos pesados		(16.800)	(1.666)	18.466	-	-
Computadores		(7.809)	(211)	(149)	3.598	(4.571)
Ferramentas/ferramental		(337)	(1)	338	-	-
		(71.437)	(6.118)	(24.319)	23.742	(78.132)
		76.051	6.362	21.313	(2.474)	101.252

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Taxa anual de depreciação	01/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Custo						
Terrenos	-	5.176	365	-	-	5.541
Edificações	2%	37.539	-	3.220	-	40.759
Móveis e utensílios	10%	10.946	478	-	(182)	11.242
Equipamentos	10%	11.157	2.458	506	(247)	13.874
Veículos	20%	30.595	-	-	(702)	29.893
Equipamentos pesados	25%	32.756	-	-	(2.840)	29.916
Computadores	20%	8.769	124	-	(196)	8.697
Ferramentas/ferramental	20%	341	8	-	(3)	346
Telefones	-	6	-	-	-	6
Obras em andamento	-	3.500	7.214	(3.500)	-	7.214
		140.785	10.647	226	(4.170)	147.488
Depreciação						
Edificações		(9.427)	(596)	-	-	(10.023)
Móveis e utensílios		(7.105)	(794)	-	142	(7.757)
Equipamentos		(8.121)	(802)	-	191	(8.732)
Veículos		(19.738)	(837)	-	596	(19.979)
Equipamentos pesados		(16.118)	(3.499)	-	2.817	(16.800)
Computadores		(7.758)	(247)	-	196	(7.809)
Ferramentas/ferramental		(340)	-	-	3	(337)
		(68.607)	(6.775)	-	3.945	(71.437)
		72.178	3.872	226	(225)	76.051

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Intangível

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	928.955	33.815	33.362	(44.054)	952.078
Sistemas de esgotamento sanitário	751.393	22.252	1.968	(8.580)	767.033
Subvenções recebidas	(138.260)	(29.143)	-	-	(167.403)
	<u>1.542.088</u>	<u>26.924</u>	<u>35.330</u>	<u>(52.634)</u>	<u>1.551.708</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(316.522)	(26.046)	10.917	32.769	(298.882)
Sistemas de esgotamento sanitário	(115.533)	(15.918)	12.583	7.093	(111.775)
	<u>(432.055)</u>	<u>(41.964)</u>	<u>23.500</u>	<u>39.862</u>	<u>(410.657)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	77.199	47.082	(49.905)	-	74.376
Sistemas de esgotamento sanitário	184.547	120.794	(30.239)	-	275.102
	<u>261.746</u>	<u>167.876</u>	<u>(80.144)</u>	<u>-</u>	<u>349.478</u>
Ativo Financeiro	<u>(146.896)</u>	<u>-</u>	<u>(49.221)</u>	<u>-</u>	<u>(196.117)</u>
	<u>1.224.883</u>	<u>152.836</u>	<u>(70.535)</u>	<u>(12.772)</u>	<u>1.294.412</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Saldos em 01/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	758.514	49.356	125.130	(4.045)	928.955
Sistemas de esgotamento sanitário	474.140	17.653	260.960	(1.360)	751.393
Subvenções recebidas	(114.226)	(24.034)	-	-	(138.260)
	<u>1.118.428</u>	<u>42.975</u>	<u>386.090</u>	<u>(5.405)</u>	<u>1.542.088</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(293.786)	(26.681)	-	3.945	(316.522)
Sistemas de esgotamento sanitário	(102.521)	(13.926)	-	914	(115.533)
	<u>(396.307)</u>	<u>(40.607)</u>	<u>-</u>	<u>4.859</u>	<u>(432.055)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	174.132	30.691	(127.624)	-	77.199
Sistemas de esgotamento sanitário	289.416	153.997	(258.866)	-	184.547
Subvenções recebidas	-	-	-	-	-
	<u>463.548</u>	<u>184.688</u>	<u>(386.490)</u>	<u>-</u>	<u>261.746</u>
Ativo Financeiro	<u>(116.414)</u>	<u>-</u>	<u>(30.482)</u>	<u>-</u>	<u>(146.896)</u>
	<u>1.069.255</u>	<u>187.056</u>	<u>(30.882)</u>	<u>(546)</u>	<u>1.224.883</u>

O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos. As taxas de amortização são definidas com base nas estimativas de vida útil dos bens.

O montante líquido de transferência R\$ 49.221, referente ao ativo financeiro (Nota Explicativa nº 10).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de serviços e materiais - (a)	36.079	46.984
Fornecedores de serviços e materiais a faturar	30.060	34.872
	<u>66.139</u>	<u>81.856</u>

(a) O saldo está representado por empresas contratadas com fornecimentos de materiais, manutenção, execução de projetos e obras dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

14. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Banco	Juros (a.a.)	31/12/2024	31/12/2023
Programa saneamento p/ todos FCO	CEF BB	De 6% a 6,5%	457.743 15.094	420.076 1.124
			<u>472.837</u>	<u>421.200</u>
Circulante			36.997	33.401
Não Circulante			435.840	387.799

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
<u>36.997</u>	<u>36.997</u>	<u>37.352</u>	<u>37.352</u>	<u>287.142</u>	<u>435.840</u>

Garantias

As operações de financiamentos, são garantidos pelos direitos creditórios referentes à arrecadação de receitas tarifárias.

Os dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31/12/2024	31/12/2023	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
182226-41	Prog San Todos Dourados Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	208	265	CAIXA	234	Jan de 2028
182227-56	Prog San Todos Corumbá Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	307	390	CAIXA	234	Jan de 2028
182228-60	Prog San Todos P. Porã Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	426	542	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6,5% a.a.	361	452	CAIXA	234	Abr de 2028
291832-99	Prog San Todos P. Porã EPE	UPR juros 6% a.a.	1.632	1.823	CAIXA	240	Dez de 2029
291829-42	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.273	6.938	CAIXA	240	Dez de 2029
241693-66	Prog San Todos P. Porã SAA	UPR juros 6% a.a.	1.038	1.198	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	2.517	2.827	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T.Lagoas Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.809	5.401	CAIXA	240	Fev de 2031
292251-97	Prog San Todos Corumbá Água	UPR juros 6% a.a.	10.805	11.847	CAIXA	262	Dez de 2031
376949-00	Prog San Todos Iguatemi Água	UPR juros 6% a.a.	628	678	CAIXA	240	Abr de 2033
376903-66	Prog San Todos Itaquirai Água	UPR juros 6% a.a.	1.302	1.403	CAIXA	240	Jul de 2033
376947-83	Prog San Todos Itaporã Água	UPR juros 6% a.a.	1.696	1.823	CAIXA	240	Out de 2033
376945-45	Prog San Todos Coxim Água	UPR juros 6% a.a.	3.218	3.440	CAIXA	240	Abr de 2034
376927-42	Prog San Todos Rio Verde Água	UPR juros 6% a.a.	2.754	2.944	CAIXA	240	Abr de 2034
426329-70	Prog San Todos Ponta Porã Água	UPR juros 6% a.a.	16.969	17.781	CAIXA	240	Set de 2036
426317-36	Prog San Todos Três Lagoas Agua	UPR juros 6% a.a.	24.214	24.223	CAIXA	240	Nov de 2036
426326-47	Prog San Todos Dourados Água	UPR juros 6% a.a.	61.117	62.954	CAIXA	240	Nov de 2037
505682-50	Prog San Todos Amambai Esgoto	UPR juros 6% a.a.	14.543	9.324	CAIXA	248	Fev de 2039
505687-00	Prog San Todos Bataiporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.416	3.538	CAIXA	248	Fev de 2039
505691-61	Prog San Todos Guia L. Laguna Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.173	8.460	CAIXA	248	Fev de 2039
505701-88	Prog San Todos Paranaíba Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.281	8.110	CAIXA	248	Fev de 2039
505693-89	Prog San Todos Jardim Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.848	3.841	CAIXA	257	Nov de 2039
510884-93	Prog San Todos Sidrolândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	13.794	14.220	CAIXA	260	Fev de 2040
505703-05	Prog San Todos Paranhos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	1.779	1.831	CAIXA	264	Jun de 2040

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31/12/2024	31/12/2023	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
505705-24	Prog San Todos Ribas R.Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.454	2.527	CAIXA	264	Jun de 2040
505690-57	Prog San Todos Chapadão Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.888	8.409	CAIXA	268	Out de 2040
505695-07	Prog San Todos Maracaju Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.428	5.561	CAIXA	268	Out de 2040
505684-78	Prog San Todos Antonio João Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.762	3.866	CAIXA	271	Jan de 2041
505704-19	Prog San Todos Ponta Porã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.106	8.326	CAIXA	272	Fev de 2041
505696-11	Prog San Todos Naviraí Esgoto	UPR juros 6% a.a.	20.447	12.322	CAIXA	272	Fev de 2041
505699-43	Prog San Todos Nova Andradina Esgoto	UPR juros 6% a.a.	12.226	11.601	CAIXA	272	Fev de 2041
505679-03	Prog San Todos Aquidauana Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.396	7.298	CAIXA	278	Ago de 2041
505707-42	Prog San Todos Terenos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.194	3.307	CAIXA	247	Jan de 2039
478850-92	Prog San Todos Bonito Água	UPR juros 6% a.a.	3.749	3.914	CAIXA	218	Fev de 2036
521.467-78	Prog San Todos Bataguassu Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.738	3.800	CAIXA	248	Jun de 2041
521.317-57	Prog San Todos Japora Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.432	2.478	CAIXA	247	Mai de 2041
521.477-93	Prog San Todos Anaurilandia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.843	2.901	CAIXA	250	Ago de 2041
521.473-56	Prog San Todos Anastacio Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.539	5.367	CAIXA	215	Dez de 2038
521.469-96	Prog San Todos Aral Moreira Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.473	4.132	CAIXA	231	Abr de 2040
521.452-01	Prog San Todos Dois Irmãos Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.302	2.341	CAIXA	248	Jan de 2042
521.451-98	Prog San Todos Figueirão Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.725	2.776	CAIXA	253	Nov de 2041
521.450-84	Prog San Todos Iguatemi Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.881	6.671	CAIXA	263	Set de 2042
521.282-48	Prog San Todos Rio Brilhante Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.484	6.680	CAIXA	231	Jan de 2040
521.279-93	Prog San Todos Rio Verde Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.477	3.572	CAIXA	253	Abr de 2040
521.449-43	Prog San Todos Inocência Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.141	6.314	CAIXA	206	Nov de 2039
521.448-39	Prog San Todos Itaporã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	5.685	5.648	CAIXA	196	Jan de 2039
521.321-16	Prog San Todos Ivinhema Esgoto	UPR juros 6% a.a.	21.101	21.349	CAIXA	223	Set de 2041
521.281-34	Prog San Todos Rio Negro Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.447	7.838	CAIXA	189	Dez de 2038
521.278-89	Prog San Todos Santa Rita Pardo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.213	3.244	CAIXA	240	Nov de 2042

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	31/12/2024	31/12/2023	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
521.312-05	Prog San Todos Mundo Novo Esgoto	UPR juros 6% a.a.	10.592	9.953	CAIXA	216	Jan de 2041
521.314-23	Prog San Todos Laguna Caarapã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	2.612	2.669	CAIXA	218	Jan de 2041
521.307-31	Prog San Todos Novo Horizonte Sul Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.151	6.289	CAIXA	240	Ago de 2042
521.465-50	Prog San Todos Caarapó Esgoto	UPR juros 6% a.a.	8.836	4.726	CAIXA	240	Ago de 2043
521.283-53	Prog San Todos Pedro Gomes Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.404	7.243	CAIXA	208	Ago de 2040
521.251-70	Prog San Todos Corumbá SAA	UPR juros 6% a.a.	44	45	CAIXA	240	Dez de 2041
521.316-42	Prog San Todos Ladário Esgoto	UPR juros 6% a.a.	3.325	1.791	CAIXA	240	Abr de 2042
521.454-29	Prog San Todos Caracol Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.142	4.196	CAIXA	233	Out de 2043
521.466-64	Prog San Todos Brasilândia Esgoto	UPR juros 6% a.a.	7.699	5.259	CAIXA	240	Jan de 2043
521.310-88	Prog San Todos Nioaque Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.911	8.390	CAIXA	237	Jun de 2043
521.274-41	Prog San Todos Selviria Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.204	4.104	CAIXA	240	Mar de 2043
521.313-19	Prog San Todos Miranda Esgoto	UPR juros 6% a.a.	4.458	2.338	CAIXA	240	Set de 2043
521.270-05	Prog San Todos Camapuã Esgoto	UPR juros 6% a.a.	6.320	2.165	CAIXA	195	Dez de 2039
544.584-73	Prog San Todos Nova Alvorada Esgoto	UPR juros 6% a.a.	9.613	9.498	CAIXA	240	Mar de 2046
260901992	FCO	2,563%a.a	15.000	1.119	B.Brasil	54	Dez de 2024
	Juros incorridos a vencer		3.287	2.920			
	Total da dívida		<u>472.837</u>	<u>421.200</u>			
	Circulante		36.997	33.401			
	Não circulante		435.840	387.799			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

15. Obrigações trabalhistas

	31/12/2024	31/12/2023
INSS	2.939	3.493
FGTS	1.076	1.040
Salários a pagar	5.162	5.225
Rescisões contratuais	49	8
Participação no resultado	7.566	6.475
Provisões de férias e encargos sociais	19.005	16.514
	<u>35.797</u>	<u>32.755</u>

16. Outras contas a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Retenções contratuais	61	124
Consignações a recolher	686	621
Pagamentos indevidos	3.188	3.222
Proc. 0817025-82.2020 Ecol Engenharia Ltda. (a)	6.492	14.134
Proc. 0854756-10.2023 Log Engenharia Ltda. (b)	3.882	9.705
Proc. 852-75.2010.5 Sindágua	361	795
	<u>14.670</u>	<u>28.601</u>
Circulante	9.741	16.936
Não circulante	4.929	11.665

- a) O Processo nº 817025-82.2020 Ecol Engenharia e Comércio Ltda trata-se de uma ação judicial em que a SANESUL foi condenada a realizar o pagamento no montante de R\$ 19.866.

A liquidação do saldo será realizada por meio de parcelamento, conforme demonstrado a seguir:

1. 25 (vinte e cinco) parcelas no valor de R\$ 637, a 1ª parcela no dia 05 de abril de 2023 e as demais todo dia 15 a contar de 15 de maio de 2023, as parcelas serão corrigidas anualmente pelo IPCA a partir do dia 10 de março de 2024;
2. 6 (seis) parcelas no valor de R\$ 657, a primeira em um mês corrido, contados da data do pagamento da última parcela prevista no item 1 acima, e as demais, mensal e sucessivamente, as parcelas serão corrigidas anualmente pelo IPCA a partir de 10 de março de 2024.

- b) O Processo nº 0854756-10.2023 Log Engenharia Ltda trata-se de uma ação judicial em que a SANESUL foi condenada a realizar o pagamento no montante de R\$ 9.705.

A liquidação do saldo será realizada por meio de parcelamento, conforme demonstrado a seguir:

1. 20 (vinte) parcelas iguais e sucessivas no valor de R\$ 485, sendo a 1ª em 15 de janeiro de 2024 e as demais todo dia 15 dos meses subsequentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

17. Contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	31/12/2024	Reconhecidos no resultado	31/12/2023
Ações fiscais - (a)	252	174	79
Ações cíveis - (b)	20.659	(1.918)	22.577
Ações trabalhistas - (c)	14.210	358	13.852
	<u>35.121</u>	<u>(1.386)</u>	<u>36.508</u>

- (a) Referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios;
- (b) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável;
- (c) São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referentes às questões cíveis, trabalhistas e tributárias, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 59.554 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 50.204 em 2023).

18. Partes relacionadas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, foram identificadas as seguintes transações entre partes relacionadas:

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 2.712 (R\$ 2.635 em 31 de dezembro 2023) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis, benefícios diretos e gratificações por resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

19. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 969.140 (R\$ 891.788 em 2023), e está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 2023).

Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

1. Reserva legal: constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 61.165 (R\$ 56.636 em 2023);
2. Reserva para investimentos: destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social, o montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 187.382 (R\$ 183.123 em 2023);
3. Reserva de incentivo fiscal: constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, o montante em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 18.993 (R\$ 14.546 em 2023).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Serviço de abastecimento de água		
Residencial social	625	663
Residencial	480.342	433.153
Comercial	51.238	45.156
Industrial	2.158	1.848
Órgãos Públicos	70.280	61.124
Tarifa fixa	92.333	86.488
Receitas a faturar	1.022	2.066
Outras receitas dos serviços de água	42.435	33.153
	<u>740.433</u>	<u>663.651</u>
Serviços de esgoto		
Residencial social	159	157
Residencial	129.487	109.220
Comercial	21.871	19.174
Industrial	262	193
Órgãos Públicos	27.953	23.437
Receitas a faturar	616	945
Outras receitas dos serviços de esgoto	411	444
	<u>180.759</u>	<u>153.570</u>
(-) Deduções da receita		
PIS-PASEP	(15.173)	(13.434)
COFINS	(69.886)	(61.880)
	<u>(85.059)</u>	<u>(75.314)</u>
	<u>836.133</u>	<u>741.907</u>

21. Custo de operação e manutenção

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(128.071)	(119.967)
Material	(57.182)	(58.547)
Contraprestação - SPE	(100.548)	(86.745)
Serviços de terceiros	(202.074)	(185.338)
Outros	(8.773)	(4.706)
Amortização do intangível	(41.964)	(40.605)
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	23.685	22.670
	<u>(514.927)</u>	<u>(473.238)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

22. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(86.894)	(77.430)
Material	(4.585)	(5.787)
Serviços de terceiros	(62.722)	(45.175)
Impostos e contribuições	(2.444)	(2.302)
Provisão para perdas esperadas	(13.953)	(11.302)
Depreciações	(6.118)	(6.777)
Outros	(15.324)	(13.739)
	<u>(192.040)</u>	<u>(162.512)</u>

23. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos, a seguir. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

1. Risco de crédito;
2. Risco de liquidez;
3. Risco de mercado;
4. Risco de taxa de juros.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foram:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalente de caixa	11.034	15.197
Aplicações financeiras	63.380	86.361
Contas a receber	127.802	122.407
Depósitos em garantia	12.254	9.652
	<u>214.470</u>	<u>233.617</u>

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente, recebíveis no segmento de saneamento.

Os principais mitigadores do risco de crédito são os Contratos de Programa. A Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços, além disso, existe o fornecimento de contratos com previsões de indenização em caso de reversão dos sistemas de água e esgoto do poder concedente.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A composição da provisão para perdas de crédito esperadas em relação às contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

A Companhia avalia a existência, a necessidade de constituição de provisão para perda de crédito esperada, a partir de estudo realizado no histórico dos últimos três anos de faturamento e sua perda efetiva, o índice identificado é aplicado como estimativa para os 12 meses prospectivos.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	66.139	81.856
Empréstimos e financiamentos	472.837	421.200
	<u>538.976</u>	<u>503.056</u>
Circulante	103.136	115.257
Não circulante	435.840	387.799

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2024	valor contábil	fluxo de caixa contratual	até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	66.139	66.139	66.139	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	472.837	472.837	36.997	36.997	36.997	37.352	37.352	287.142

31 de dezembro de 2023	valor contábil	fluxo de caixa contratual	até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	81.856	81.856	81.856	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	421.200	421.200	33.401	28.964	28.964	28.964	28.964	271.943

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa	11.034	15.197
Contas a receber	127.802	122.407
Aplicações financeiras	63.380	86.361
Depósitos em garantia	12.354	9.652
	<u>214.570</u>	<u>233.617</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	472.837	421.200
	<u>472.837</u>	<u>421.200</u>

A seguir, apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes, a que a Companhia está suscetível.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – elevação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2024	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Elevação do índice em 25% (%)	Valor (R\$)	Elevação do índice em 50% (%)	Valor (R\$)
Passivos financeiros						(%)		(%)	
Financiamentos	472.837	UPR	6	6	28.370	7,5	35.463	9	42.555
	<u>472.837</u>				<u>28.370</u>		<u>35.463</u>		<u>42.555</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas:

Instrumentos	Exposição 2024	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Redução do índice em 25% (%)	Valor (R\$)	Redução do índice em 50% (%)	Valor (R\$)
Passivos financeiros						(%)		(%)	
Financiamentos	472.837	UPR	6	6	28.370	4,5	21.278	3	14.185
	<u>472.837</u>				<u>28.370</u>		<u>21.278</u>		<u>14.185</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Valor justo x valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	11.034	15.197	11.034	15.197
Aplicações financeiras	63.380	86.361	63.380	86.361
Contas a receber	127.802	122.407	127.802	122.407
Depósitos em garantia	12.254	9.652	12.254	9.652
	<u>214.470</u>	<u>233.617</u>	<u>214.470</u>	<u>233.617</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	80.809	110.457	80.809	110.457
Empréstimos e financiamentos	472.837	421.200	472.837	421.200
	<u>553.646</u>	<u>531.657</u>	<u>553.646</u>	<u>531.657</u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Os saldos de outros investimentos correspondem aos valores justos calculados com base nas aplicações financeiras da Companhia.

As contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	31/12/2024			31/12/2023		
	valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	custo amortizado	valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	-	11.034	-	-	15.197	-
Aplicações financeiras	63.380	-	-	86.361	-	-
Contas a receber	-	127.802	-	-	122.407	-
Depósitos em garantia	12.254	-	-	9.652	-	-
	<u>75.634</u>	<u>138.836</u>	<u>-</u>	<u>96.013</u>	<u>137.604</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	80.809	-	-	110.457
Empréstimos e financiamentos	-	-	472.837	-	-	421.200
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>553.646</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>531.657</u>

28. Cobertura de seguro

A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Há seguros contratados somente contra terceiros.

29. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

30. Resultados por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	90.587	69.130
Número de ações	283.241.754	283.241.754
Lucro por ação do capital social (Reais)	0,32	0,24